**TORNAR SEM EFEITO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 390503**

Portaria nº. 1520, de 09 de abril de 2012

Assunto: Aposentadoria

Servidor: HÉLCIO JÚLIO COSTA DANTAS

Matrícula: 592502

Cargo: Delegado Classe C

Tornar sem efeito a publicação no Diário Oficial do dia 02/05/2012

APOSENTADORIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 390527

Ato: 1233

Data : 06/03/2012

Fundamento Legal: art. 3º, "caput", incisos I, II, III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/05, c/c os artigos 2º e 5º da Emenda Constitucional nº 47/05; art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/03; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/94

Nome do Servidor: JOSÉ BENEDITO DE SOUZA

Cargo: TÊC. DE LABORATÓRIO

Matrícula Funcional: 782711

Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE PUBLICA

Valor: 995,20

Ordenador: JÚLIO CÉSAR DOS MENDES LOPES

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 391006

PORTARIA: 196/2012

Objetivo: Participar do 46º Congresso Nacional da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais. Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810, de 24/01/1994.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

Foz do Iguaçu/PR - Brasil<br

Servidor(es):

58942231/JULIANA FRANCO TENAN (Técnico Previdenciário A) /

4.5 diárias (Completa) / de 12/06/2012 a 16/06/2012

56214701/JÚLIO CESAR DOS MENDES LOPES (Presidente) / 3.5

diárias (Completa) / de 12/06/2012 a 15/06/2012

572119761/MARIA DAS GRAÇAS SOARES BELO (Técnico em

Gestão Pública) / 4.5 diárias (Completa) / de 12/06/2012 a

16/06/2012

263011/MATIAS GAMA DOS SANTOS (Auxiliar de Operações e

Segurança/Subgerente) / 4.5 diárias (Completa) / de 12/06/2012

a 16/06/2012

58341203/NADLA SOCORRO DE SOUZA DAIBES (Assistente

Social/Coordenador) / 4.5 diárias (Completa) / de 12/06/2012

a 16/06/2012

54842352/PAULO ROBERTO PAIVA DE OLIVEIRA (Técnico de

Administração e Finanças/Gerente) / 4.5 diárias (Completa) / de

12/06/2012 a 16/06/2012

57062975/ROSILENE DAS NEVES RABELO CHELALA (Gerente) /

4.5 diárias (Completa) / de 12/06/2012 a 16/06/2012

58884071/SAMYA OLIVEIRA ROCHA (Técnico Previdenciário A) /

4.5 diárias (Completa) / de 12/06/2012 a 16/06/2012

541939191/SILVINA KELLY GOMES DA SILVA (Analista de

Investimento) / 4.5 diárias (Completa) / de 12/06/2012 a

16/06/2012

541860022/SIMONE FERREIRA LOBÃO (Procurador) / 4.5 diárias

(Completa) / de 12/06/2012 a 16/06/2012

572262532/VIVIANE SOUZA DE OLIVEIRA (Subgerente) / 4.5

diárias (Completa) / de 12/06/2012 a 16/06/2012<br

Ordenador: JÚLIO CÉSAR DOS MENDES LOPES

fiscal o estabelecimento adquirente, estando na condição de contribuinte do ICMS, deixar de recolher o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas aquisições interestaduais de bens para consumo e/ou para integração ao ativo imobilizado. 3. É lícita a exigência da complementação do imposto, nos termos do art. 155, § 2º, inciso VII, alínea "a", e inciso VIII, da Constituição Federal, acrescida das cominações legais. 4. Recurso de Ofício conhecido e provido, para restabelecer o crédito tributário. DECISÃO: POR VOTO DE QUALIDADE JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 28/05/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 28/05/2012. VOTOS CONTRÁRIOS: dos Conselheiros Maria de Lourdes Magalhães Pereira e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo provimento do Recurso.

ACORDAO N.2899- 1a. CPJ. RECURSO N.6501 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012009510000875-4) CONSELHEIRO RELATOR: ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O cerceamento de defesa só se caracteriza quando realmente ficar comprovado que o contribuinte foi prejudicado em seu direito de se defender. Preliminar rejeitada por unanimidade. 3. Deve ser indeferido pedido de diligência, quando constar nos autos as provas materiais necessárias para a imputação da infração. 4. Levantamento fiscal por arbitramento, nos termos da legislação aplicável, é técnica hábil à fixação do valor das operações e prestações e da correspondente base de cálculo, quando o contribuinte deixar de apresentar à Secretaria de Estado da Fazenda livros e documentos fiscais requisitados legalmente. 5. É devido o ICMS sobre omissão de saídas apurada através de levantamento fiscal por arbitramento, acrescido das cominações legais. 6. Recurso Voluntário conhecido e parcialmente provido, reduzindo-se de ofício o crédito tributário, em sede de julgamento, nos termos do art. 28, § 3º da Lei estadual nº 6.182/1998, por força da inclusão de crédito fiscal no levantamento, em respeito ao princípio da não-cumulatividade. DECISÃO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/05/2012. DATA DO ACÓRDÃO:28/05/2012.VOTO CONTRÁRIO: do Conselheiro Wladimir Nogueira Júnior, pelo provimento do Recurso.

ACORDAO N.2898- 1a. CPJ. RECURSO N.6335 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372008510002242-3) CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. CONSELHEIRO RELATOR DESIGNADO: ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. É nulo o AINF quando a ocorrência infracional e o enquadramento da infringência na legislação divergirem da situação fática constatada nos autos. 3. Recurso Voluntário conhecido, para, em preliminar, ser declarada a nulidade da autuação, sem prejuízo da renovação da ação fiscal. DECISAO: PELO VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 18/05/2012. DATA DO ACÓRDÃO:28/05/2012. VOTOS CONTRÁRIOS: dos Conselheiros Nilson Monteiro de Azevedo e Maria de Lourdes Magalhães Pereira, pelo provimento do Recurso.

ACORDAO N.2897- 1a. CPJ. RECURSO N.6311 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 042009510000308-7) CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. CONSELHEIRO RELATOR DESIGNADO: ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Não há que se falar em nulidade do AINF, quando lavrado na forma como determina o § 1º do art. 12 da Lei estadual nº 6.182/1998, não havendo assim violação ao princípio da legalidade. 3. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, não configurando confisco ou desproporcionalidade a aplicação de multa estipulada em lei. Preliminares rejeitadas por unanimidade. 4. A denúncia espontânea não se aplica quando referente ao descumprimento de obrigação acessória de entrega de declaração, nos termos do § 1º do art. 7º da Lei estadual nº 6.182/98. 5. Entregar fora do prazo regulamentar informação em meio magnético com registro fiscal das operações, destinada ao SINTEGRA, constitui infração fiscal, sujeitando-se o infrator às penalidades legais. 6. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: PELO VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 16/05/2012. DATA DO ACÓRDÃO:28/05/2012.VOTOS CONTRÁRIOS: dos Conselheiros Nilson Monteiro de Azevedo e Maria de Lourdes Magalhães Pereira, pelo provimento do Recurso.

ACORDAO N.2896- 1a. CPJ. RECURSO N.6309 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 042009510000306-0) CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. CONSELHEIRO RELATOR DESIGNADO: ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Não há que se falar em nulidade do AINF, quando lavrado na forma como determina o § 1º do art. 12 da Lei estadual nº 6.182/1998, não havendo assim violação ao princípio da legalidade. 3. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, não configurando confisco ou desproporcionalidade a aplicação de multa estipulada em lei. Preliminares rejeitadas por unanimidade. 4. A denúncia espontânea não se aplica quando referente ao descumprimento de obrigação acessória de entrega de declaração, nos termos do § 1º do art. 7º da Lei estadual nº 6.182/98. 5. Entregar fora do prazo regulamentar informação em meio magnético com registro fiscal das operações, destinada ao SINTEGRA, constitui infração fiscal, sujeitando-se o infrator às penalidades legais. 6. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: PELO VOTO DE

QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 16/05/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 28/05/2012.VOTOS CONTRÁRIOS: dos Conselheiros Nilson Monteiro de Azevedo e Maria de Lourdes Magalhães Pereira, pelo provimento do Recurso.

ACORDAO N.2895- 1a. CPJ. RECURSO N.6307 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 042009510000307-9) CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. CONSELHEIRO RELATOR DESIGNADO: ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Não há que se falar em nulidade do AINF, quando lavrado na forma como determina o § 1º do art. 12 da Lei estadual nº 6.182/1998, não havendo assim violação ao princípio da legalidade. 3. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, não configurando confisco ou desproporcionalidade a aplicação de multa estipulada em lei. Preliminares rejeitadas por unanimidade. 4. A denúncia espontânea não se aplica quando referente ao descumprimento de obrigação acessória de entrega de declaração, nos termos do § 1º do art. 7º da Lei estadual nº 6.182/98. 5. Deixar de entregar informação em meio magnético com registro fiscal das operações, destinada ao SINTEGRA, constitui infração fiscal, sujeitando-se o infrator às penalidades legais. 6. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: PELO VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 16/05/2012. DATA DO ACÓRDÃO:28/05/2012. VOTOS CONTRÁRIOS: dos Conselheiros Nilson Monteiro de Azevedo e Maria de Lourdes Magalhães Pereira, pelo provimento do Recurso.

ACORDAO N.2894- 1a. CPJ. RECURSO N.6407 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372009510004870-50) CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Não cabe a apreciação de alegação de inconstitucionalidade de lei, em sede de julgamento de instância administrativa, por força do art. 26, III, da Lei n. 6.182/1998, haja vista que o titular dessa competência é o Poder Judiciário. 3. O contribuinte que se encontrar na situação fiscal de ativo não regular deverá efetuar o recolhimento do ICMS antecipado especial no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/05/2012. DATA DO ACÓRDÃO:23/05/2012.

ACORDAO N.2893- 1a. CPJ. RECURSO N.6405 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372009510004871-3) CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Não cabe a apreciação de alegação de inconstitucionalidade de lei, em sede de julgamento de instância administrativa, por força do art. 26, III, da Lei n. 6.182/1998, haja vista que o titular dessa competência é o Poder Judiciário. 3. O contribuinte que se encontrar na situação fiscal de ativo não regular deverá efetuar o recolhimento do ICMS antecipado especial no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/05/2012. DATA DO ACÓRDÃO:23/05/2012.

ACORDAO N.2892- 1a. CPJ. RECURSO N.6403 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372009510004938-8) CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Não cabe a apreciação de alegação de inconstitucionalidade de lei, em sede de julgamento de instância administrativa, por força do art. 26, III, da Lei n. 6.182/1998, haja vista que o titular dessa competência é o Poder Judiciário. 3. O contribuinte que se encontrar na situação fiscal de ativo não regular deverá efetuar o recolhimento do ICMS antecipado especial no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/05/2012. DATA DO ACÓRDÃO:23/05/2012.

ACORDAO N.2891- 1a. CPJ. RECURSO N.6401 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372009510004869-1) CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Não cabe a apreciação de alegação de inconstitucionalidade de lei, em sede de julgamento de instância administrativa, por força do art. 26, III, da Lei n. 6.182/1998, haja vista que o titular dessa competência é o Poder Judiciário. 3. O contribuinte que se encontrar na situação fiscal de ativo não regular deverá efetuar o recolhimento do ICMS antecipado especial no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/05/2012. DATA DO ACÓRDÃO:23/05/2012.

ACORDAO N.2890- 1a. CPJ. RECURSO N.6399 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372009510003925-0) CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Não cabe a apreciação de alegação de inconstitucionalidade de lei, em sede de julgamento de instância administrativa, por força do art. 26, III, da Lei n. 6.182/1998, haja vista que o titular dessa competência é o Poder Judiciário. 3. O contribuinte que se encontrar na situação fiscal de ativo não regular deverá efetuar o recolhimento do ICMS antecipado especial no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/05/2012. DATA DO ACÓRDÃO:23/05/2012.

Secretaria de Estado
da Fazenda

ACÓRDÃOS

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 390540

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS

FAZENDÁRIOS - TARF

PRIMEIRA CÂMARA

ACÓRDÃO N.2901 - 1ª CPJ, RECURSO N. 2767 - DE OFÍCIO E VOLUNTÁRIO (PROCESSO N.092004730000341-0/AINF N. 032663). CONSELHEIRO RELATOR: ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Correta a decisão singular que, de ofício, retifica o valor do crédito tributário visando resguardar o princípio da estrita legalidade. 3. Deixar de recolher o ICMS, no prazo regulamentar, relativamente a mercadoria submetida ao regime de recolhimento por antecipação na entrada, constitui infração à legislação tributária e sujeita o infrator às penalidades legais, independentemente do imposto devido. 4. Recurso de Ofício e Voluntário conhecidos e improvidos. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 28/05/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 28/05/2012.

ACÓRDÃO N.2900 - 1ª CPJ, RECURSO N. 1613 - DE OFÍCIO (PROCESSO N. 012011730014541-5 / AINF N. 024321). CONSELHEIRO RELATOR: ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Configura infração